



**Demonstrações Financeiras
em 30 de junho de 2018 e de 2017**



Iguatemi Business
Avenida Nilo Peçanha, 2.900
9º andar --Chácara das Pedras
91.330-001- Porto Alegre - RS - Brasil

Tel: +55 51 3204-5500
ey.com.br

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos

Controladores e aos Diretores do

Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul – BRDE

Porto Alegre - RS

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras do Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul - BRDE (“Banco”), que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul - BRDE em 30 de junho de 2018, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - BACEN.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação ao Banco, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.



Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

A demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao semestre findo em 30 de junho de 2018, elaborada sob a responsabilidade da administração do Banco, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras do Banco. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e é consistente em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Auditoria dos valores relativos a 30 de junho de 2017

Os valores correspondentes ao semestre findo em 30 de junho de 2017, apresentados para fins de comparação, foram anteriormente auditados por outros auditores que emitiram relatório datado de 23 de agosto de 2017, que não continha qualquer modificação.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração é responsável por essas outras informações que compreendem o relatório da administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no relatório da administração somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de o Banco continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras a não ser que a administração pretenda liquidar o Banco ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.



Os responsáveis pela governança do Banco são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Banco.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Banco. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Banco a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.



Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Porto Alegre, 24 de agosto de 2018

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC-2SP034519/O-6

A handwritten signature in blue ink, appearing to read 'Dario Ramos da Cunha', is written over the text of the audit firm's registration number.

Dario Ramos da Cunha
Contador CRC-1SP214144/O

RELATÓRIO DO COMITÊ DE AUDITORIA

INTRODUÇÃO

O Comitê de Auditoria, órgão estatutário do Banco Regional do Extremo Sul – BRDE, constituído em 22 de junho de 2016, nos termos previstos pela Resolução CMN nº 3.198 de 27 de maio de 2004, tem por finalidade, além de outras previstas nas normas em vigor, revisar, previamente à publicação, as demonstrações financeiras, inclusive notas explicativas, relatório da administração e relatório da auditoria independente.

ATIVIDADES

Durante o primeiro semestre de 2018 foram realizadas três reuniões, onde foram analisados:

- O Relatório de Acompanhamento Trimestral da Auditoria Interna do BRDE referente ao 4º trimestre de 2017, tendo sido determinado que as áreas auditadas fossem diligenciadas para estabelecimento de um cronograma razoável, factível e improrrogável para o atendimento ou baixa das recomendações;
- O Relatório de Auditoria nº 698 de Gestão de Riscos de Controles Internos;
- O Relatório de Ouvidoria relativo ao 2º semestre de 2017;
- O acompanhamento do Plano de Trabalho da Auditoria Interna 2017/2018, onde foi detalhado o estágio das auditorias previstas, tendo sido determinada a adoção de providências para conclusão, prioritariamente, das auditorias obrigatórias;
- Os seguintes relatórios emitidos pela Superintendência de Gestão de Riscos, Controles Internos e *Compliance*:
 - Relatório de Riscos Operacionais – 3º Trimestre/2017; Relatório de Riscos Operacionais – 4º Trimestre/2017; Relatório de Controles Internos – 2º semestre/2017; Relatório do Gerenciamento do Risco de Liquidez; Relatório de Gestão de Riscos – 4º Trimestre/2017; Relatório de Prevenção aos Crimes de Lavagem de Dinheiro – 4º Trimestre/2017.
- A proposta de Regimento Administrativo do BRDE contendo alterações exigidas pela Lei Federal nº 13.303 e previsões acerca do Comitê de Auditoria.

Adicionalmente, assim que elaboradas as peças, o Comitê de Auditoria apreciou as Demonstrações Financeiras, as Demonstrações Financeiras Consolidadas – Conglomerado Prudencial; Relatório da Administração, Relatório dos Auditores Independentes e Estudo Técnico de Créditos Tributários Diferidos do Imposto de Renda e Contribuição Social, referentes à data-base de 30 de junho de 2018.

AUDITORIA EXTERNA

O Comitê avaliou como satisfatória a qualidade e o detalhamento das informações fornecidas pela Ernst & Young sobre a integridade das demonstrações financeiras do BRDE, não tendo sido constatadas situações que possam prejudicar a independência dos auditores.

AUDITORIA INTERNA

O Comitê avaliou os relatórios da Auditoria Interna do BRDE, atestando a efetividade do acompanhamento realizado para mitigação dos riscos identificados.

CONCLUSÃO

O Comitê de Auditoria não identificou descumprimento das normas, ato ou omissão por parte dos administradores do BRDE que indicasse a existência de fraudes, falhas ou erros que coloquem em risco a fidedignidade das demonstrações financeiras. Diante disso, o Comitê de Auditoria, ponderadas as suas responsabilidades e as limitações decorrentes do escopo de sua atuação, recomenda ao Conselho de Administração a aprovação as Demonstrações Financeiras do BRDE pertinentes à data-base de 30 de junho de 2018.

Porto Alegre, 24 de agosto de 2018.

DAGOBERTO BONFILHO BELTRAME
ALLAN JONES DOS SANTOS

OSNI JOSÉ SCHROEDER



MENSAGEM DA DIRETORIA

A Diretoria do Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul – BRDE, em cumprimento às determinações legais e regimentais, apresenta as Demonstrações Financeiras relativas ao semestre encerrado em 30 de junho de 2018.

O BRDE é uma instituição financeira pública pertencente aos Estados do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, operando na Região Sul do Brasil desde 1961 com a missão de promover e liderar ações de fomento ao desenvolvimento econômico e social de toda a região de atuação, apoiando as iniciativas governamentais e privadas, através do planejamento e do apoio técnico, institucional e creditício de longo prazo.

Cenário Econômico

O Produto Interno Bruto da economia brasileira totalizou R\$ 1.641,1 bilhões no primeiro trimestre de 2018, representando um crescimento de 1,2% em comparação ao primeiro trimestre de 2017 e de 0,4% em relação ao trimestre imediatamente anterior, quinta expansão consecutiva após oito trimestres de queda, segundo o IBGE. Tendo em vista a contribuição de cada setor, a agropecuária apresentou uma redução de 2,6% em relação ao primeiro trimestre de 2017, que pode ser explicada pela alta base de comparação de 2017. O setor industrial apresentou uma expansão de 1,6% em relação ao mesmo período do ano anterior. Já no setor de serviços, ocorreu uma elevação de 1,5%, puxada pelas atividades de Comércio (4,5%), Transporte, armazenagem e correio (2,8%) e imobiliárias (2,8%).

Pela ótica da despesa, observa-se o desempenho da Formação Bruta de Capital Fixo, principal indicador do nível de investimentos, que mostrou uma variação de 3,5% em comparação ao mesmo período do ano anterior, impulsionada pelo aumento da produção e importação de bens de capital. Destaca-se também, a elevação do consumo das famílias, 2,8%, em comparação ao mesmo período do ano anterior. O consumo do governo continua em queda, com uma variação negativa de 0,8% em relação a 2017.

A safra nacional de cereais, leguminosas e oleaginosas deverá totalizar 227,9 milhões de toneladas em 2018, um recuo de 5,3% em relação à obtida em 2017, segundo o Levantamento Sistemático da Produção Agrícola (LSPA/IBGE) divulgado em junho. Destaca-se a estimativa de desempenho negativo de algumas culturas em comparação a 2017 como, por exemplo, o milho em grão (-15,9%), o arroz em casca (-7,2%) e o fumo em folha (-5,8%). Por outro lado, a estimativa de produção de soja em grão é positiva, com um crescimento de 1,2%.

No que diz respeito à produção industrial, de acordo com os dados da Pesquisa Industrial Mensal (PIM/IBGE), a produção física cresceu 2,0% no



acumulado nos cinco primeiros meses do ano na comparação com o mesmo período do ano anterior. No mês de maio, houve redução de 10,9% em relação ao mês imediatamente anterior. Essa foi a maior queda mensal desde dezembro de 2008 e decorreu dos efeitos da paralização dos caminhoneiros. Entre as atividades que contribuíram para essa redução destacam-se a redução de 29,8% na atividade de veículos automotores, reboques e carrocerias e a queda de 17,1% nas atividades relacionadas a produtos alimentícios.

De acordo com dados da Pesquisa Mensal do Comércio, divulgados pelo IBGE, o volume de vendas no comércio varejista apresentou uma expansão de 2,7% no acumulado até maio em relação ao mesmo período do ano anterior. O comércio varejista ampliado, que inclui as atividades de veículos e material de construção, registrou aumento de 6,3% no volume de vendas.

A taxa de desemprego atingiu 12,4% no segundo trimestre, de acordo com dados da PNAD Contínua, divulgados pelo IBGE. Na comparação interanual houve uma redução de 0,6 pontos percentuais seguindo a trajetória de queda iniciada em 2017. Entretanto, o número de empregados sem carteira assinada no setor privado aumentou 3,5% no período, o que corresponde a 367 mil pessoas a mais na informalidade.

A Inflação, medida pelo IPCA, cresceu 1,26% no mês de junho, maior resultado para este mês desde 1995. Essa aceleração se deve à elevação dos preços dos alimentos e bebidas (2,03%) e transportes (1,58%), refletindo os impactos da paralisação dos caminhoneiros. No acumulado em doze meses, a variação foi de 4,39%, maior resultado desde março de 2017 e 1,53 pontos percentuais maior em comparação ao mês anterior (2,86%).

O déficit primário do setor público consolidado atingiu R\$ 14,4 milhões no acumulado até junho, uma queda de 59% em comparação ao déficit de R\$ 35,2 bilhões do mesmo período de 2017. O déficit nominal, que soma os juros nominais ao resultado primário, atingiu R\$ 217,4 bilhões, contra um déficit de R\$ 241,8 bilhões do mesmo período do ano anterior. Quanto aos indicadores de endividamento, a Dívida Líquida do Setor Público alcançou R\$ 3,4 trilhões no mês de junho, (51,4% do PIB), enquanto a Dívida Bruta, que engloba o Governo Federal, o INSS, e os governos estaduais e municipais, chegou a R\$ 5,2 trilhões (77,2% do PIB).

O saldo das operações de crédito do Sistema Financeiro Nacional totalizou R\$ 3,1 trilhões em junho, o que representa 46,8% do PIB, enquanto em junho de 2017, a participação do crédito era de 47,9%. A carteira de pessoas físicas cresceu 6,17%, enquanto a carteira de pessoas jurídicas sofreu uma redução de 3,98% no período analisado. Essa trajetória de queda na carteira de pessoas jurídicas é reflexo da continuidade do recuo das novas concessões para pessoas jurídicas, principalmente com recursos direcionados. O saldo de operações do BNDES para pessoas jurídicas sofreu redução de 13,1% em junho de 2018 em relação ao mesmo mês do ano anterior.

A balança comercial obteve um superávit de US\$ 29,9 bilhões no acumulado até junho, com uma redução de 21% em relação ao mesmo período de 2017. Essa redução se deve, principalmente, ao crescimento das importações (17,2%), puxada pela importação bens de capital (53,4%) e de bens de consumo duráveis (40,3%).

A taxa de câmbio segue se desvalorizando em relação ao dólar desde o início do ano, passando de uma cotação de R\$ 3,21 em janeiro para R\$ 3,77 em junho. Essa desvalorização pode ser atribuída ao aumento do risco-país, à redução da taxa de juros doméstica e ao aumento dos juros americanos. Em relação ao euro, a trajetória é semelhante, a taxa de câmbio segue se desvalorizando, com uma cotação de R\$ 3,96 em janeiro para R\$ 4,50 em junho. O euro também perdeu valor frente ao dólar, mas em menor magnitude, com uma cotação de € 0,81 no final de janeiro para € 0,86 ao final de junho.

Quanto à economia da Região Sul, a estimativa da produção de grãos, divulgada em junho pelo IBGE, é de 74,8 milhões de toneladas, correspondendo a 32,7% da produção nacional. Apesar da considerável participação relativa, a safra deve ser reduzida em 10,9% em relação à safra do ano passado frente a uma redução de 5,3% da safra nacional. Essa redução pode ser atribuída à elevada base de comparação do período anterior, no ano de 2017 houve um crescimento de 17,3% em relação a 2016.

A produção física industrial, no acumulado até maio, recuou em Santa Catarina (-0,9%), mas cresceu no Rio Grande do Sul (0,2%) e no Paraná (4%). No Brasil a variação foi de 2%.

Destaca-se também, o desempenho do comércio na região, mensurado pelo volume de vendas no varejo. O crescimento da Região Sul se mostra acima do crescimento nacional no acumulado até maio, com um crescimento de 10% em Santa Catarina, 7,3% no Rio Grande do Sul e 3,5% no Paraná, contra um crescimento de 2,7% no Brasil.

Atuação do BRDE

Destques Operacionais

As contratações de crédito do BRDE atingiram R\$ 800,1 milhões no primeiro semestre de 2018, em um total de 1.588 novas operações. As liberações de recursos totalizaram R\$ 856,1 milhões, e as aprovações, R\$ 900,1 milhões.

DESTAQUES OPERACIONAIS

ESPECIFICAÇÃO	Nº OPERAÇÕES	Em R\$ mil
		VALOR
OPERAÇÕES APROVADAS	1.594	900.119



OPERAÇÕES CONTRATADAS	1.588	800.138
• Agropecuária	1.342	225.977
• Indústria	66	212.976
• Infraestrutura	42	174.134
• Comércio e Serviços	138	187.051
RECURSOS LIBERADOS	-	856.105

O BRDE está trabalhando para incrementar e diversificar suas fontes de recursos. Neste semestre, passou a contar também com recursos do FUNGETUR e da Agência Francesa de Desenvolvimento (AFD), permitindo uma maior diversificação na oferta de crédito a seus clientes.

A principal fonte de recursos utilizada pelo Banco segue sendo o Sistema BNDES, com 74,6% das contratações do semestre, seguido por operações com recursos da FINEP; com 8,8%, operações com recursos próprios, com 5,2%; créditos do Fundo Constitucional do Centro-Oeste (FCO), com 4,0%; Caixa Econômica Federal, com 3,1%; FUNGETUR, com 1,7%; e Outros, com 2,5%. As principais modalidades do Sistema BNDES utilizadas foram o Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), com R\$ 214,4 milhões e BNDES Automático, com R\$ 122,8 milhões.

O BRDE é o segundo maior repassador de recursos do Sistema BNDES na Região Sul do Brasil. Dentre as instituições financeiras públicas e privadas credenciadas para operar esses recursos em todo território nacional, o BRDE ocupou a 7ª colocação, mesmo atuando apenas nos três estados do Sul. O BRDE também se destaca como o maior repassador nacional de recursos do Programa INOVACRED da FINEP, que se destina a financiar projetos de inovação. Foram desembolsados R\$ 232,1 milhões até junho de 2018, o que corresponde a 32,8% do total nacional.

As operações contratadas pelo BRDE no primeiro semestre de 2018 viabilizarão investimentos totais da ordem de R\$ 929,1 milhões na Região Sul, cujos impactos socioeconômicos em termos de empregos gerados e acréscimos de receita de ICMS estimados são resumidos a seguir:

INDICADOR	VALOR
Investimento Total Viabilizado	R\$ 929,1 milhões
Postos de Trabalho Mantidos e/ou Gerados	9.490
Receita Adicional de ICMS para os Estados da Região	R\$ 62,9 milhões/ano

Continuando sua política de preservar o emprego e a geração de renda, o BRDE firmou contratos de reestruturação de dívidas da ordem de R\$ 169,9 milhões, num total de 117 operações, permitindo, com isso, a manutenção do

funcionamento de várias empresas com baixo grau de liquidez no curto prazo, mas avaliadas como viáveis no médio e longo prazo.

Destques Financeiros

No que diz respeito ao desempenho financeiro, o BRDE encerrou o primeiro semestre de 2018 com um resultado líquido de R\$ 65,7 milhões, o que representa um crescimento de 3,0% em relação ao primeiro semestre de 2017. Esse é um resultado bastante satisfatório, considerando os desafios da conjuntura de baixo crescimento da economia brasileira, baixas taxas de juros, e das transformações estruturais do BNDES, principal provedor de *funding* do país.

A taxa de inadimplência do BRDE, apesar de estar em um patamar superior ao dos últimos anos em razão ainda aos efeitos da recessão econômica, segue abaixo da taxa média do Sistema Financeiro Nacional (SFN), atingindo 2,84% ao final do semestre.

O ativo total atingiu o valor de R\$ 16,9 bilhões, dos quais R\$ 13,3 bilhões referem-se a operações de crédito (líquidas de provisões); R\$ 2,9 bilhões dizem respeito às disponibilidades e títulos e valores mobiliários; R\$ 711,9 milhões a outros créditos; e R\$ 27,1 milhões é o ativo permanente da Instituição. Por outro lado, as obrigações somaram R\$ 14,3 bilhões, enquanto o patrimônio líquido totalizou R\$ 2,6 bilhões.

O saldo do financiamento, por setor econômico, estava distribuído da seguinte forma ao final do semestre: a agropecuária respondia por 33,5%; a indústria por 24,4%; infraestrutura, 21,1; enquanto que o setor de comércio e serviços representava 21,0% do total.

DESTAQUES FINANCEIROS

Discriminação	R\$ Mil
Ativo Total	16.919.702
Disponibilidades e Títulos e Valores Mobiliários	2.900.431
Operações de Crédito (líquidas de provisões)	13.280.248
Outros Créditos	711.896
Ativo Permanente	27.126
Obrigações por Empréstimos e Repasses	13.493.487
Outras Obrigações	842.691
Resultados de Exercícios Futuros	6.853
Patrimônio Líquido	2.576.671
Resultado Operacional	128.237
Resultado do Período	65.739
Rentabilidade s/ Patrimônio Líquido Médio (%)	5,2*

* taxa anualizada

Ao final do semestre, o BRDE possuía 35.118 clientes ativos, cujos empreendimentos financiados estão localizados em 1.073 municípios, ou 90,1% dos municípios da Região Sul. O valor médio por cliente é de R\$ 393,5 mil, o que atesta a vocação da Instituição para o atendimento às micro, pequenas e médias empresas e aos mini e pequenos produtores rurais.

Destaques Institucionais

O BRDE e a Agência Francesa de Desenvolvimento (AFD) assinaram em março de 2018 um contrato de crédito no valor de € 50 milhões para permitir ao Banco incrementar o financiamento a projetos voltados à produção e consumo sustentáveis. Esses recursos estão sendo direcionados ao Programa BRDE PCS, que abrange cinco eixos prioritários: energias limpas e renováveis; gestão de resíduos e reciclagem; uso racional e eficiente da água; agronegócio sustentável e cidades sustentáveis.

Seguindo na busca de diversificação de *funding*, o Banco credenciou-se como agente financeiro do Fundo de Defesa da Economia Cafeeira (Funcafé) com um aporte inicial de R\$ 50 milhões. Esses recursos deverão contribuir para o fortalecimento da economia cafeeira do Paraná.

O BRDE foi a primeira instituição financeira no Brasil a realizar contratações no programa Avançar Cidades – Mobilidade Urbana com recursos do FGTS. As operações foram realizadas em Santa Catarina, em junho, com os municípios de Indaial, Balneário Gaivota e Concórdia. Os recursos serão destinados à pavimentação de ruas e projetos de engenharia viária.

A primeira operação aprovada no país do subprograma Máquinas e Equipamentos Eficientes do Fundo Clima também foi do BRDE, no município de Bagé, no Rio Grande do Sul, no mês de junho. O financiamento, no valor de R\$ 3,5 milhões, destinou-se à implantação de uma planta fotovoltaica de 1 MW, equivalente ao consumo residencial de 300 casas.

O Banco inaugurou em março as contratações de financiamento no país pelo Fundo Geral do Turismo (FUNGETUR), após a reformulação da linha de crédito. O financiamento, no valor de R\$ 800 mil, será destinado a obras de ampliação de um hotel em Marechal Cândido Rondon, no oeste do Paraná. O projeto aumentará o número de unidades habitacionais do hotel, que passará de 36 para 74. Destaca-se também o financiamento de um empreendimento hoteleiro em Balneário Camboriú que contempla aspectos sustentáveis, como reservatório de água para reuso e sistema de aquecimento de água com controle eletrônico e abastecimento por gás natural, que podem gerar economia de até 60% em relação aos sistemas convencionais.

O BRDE e o SEBRAE firmaram em fevereiro o quarto convênio com o objetivo de ampliar a disponibilidade de garantias de crédito às micro e pequenas empresas dos estados da Região Sul junto às linhas de financiamento do



Banco. Por meio desse convênio o BRDE vai conceder R\$ 92,1 milhões em financiamentos com o aval do Sebrae.

O BRDE e a Federação das Associações de Municípios do Rio Grande do Sul – FAMURS assinaram em fevereiro acordo de cooperação técnica com o objetivo de ampliar o apoio do banco aos municípios gaúchos por meio da promoção de ações conjuntas, como palestras, seminários e eventos voltados ao desenvolvimento regional, ao fomento e à divulgação de oportunidades de crédito e de recursos para novos investimentos.

Seguindo na busca da ampliação das ações voltadas à sustentabilidade na instituição, o BRDE, no dia do seu 57º aniversário, 15 de junho, lançou campanha para a eliminação do uso de copos descartáveis. A iniciativa está alinhada com a Política de Responsabilidade Socioambiental do BRDE, a Agenda Ambiental da Administração Pública (A3P) e os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS), propostos pelas Nações Unidas.

O BRDE, atendendo às disposições da Resolução CMN nº 4.557/2017 e de regulamentação complementar, possui estrutura de gerenciamento de riscos segregada das unidades de negócio. A Superintendência de Gestão de Riscos, Controles Internos e *Compliance* (SURIS) é responsável pela elaboração e revisão das políticas e dos relatórios de gerenciamento de riscos, sendo a sua aprovação de responsabilidade do Conselho de Administração, após apreciação da Diretoria, que o faz com base nas recomendações dos Comitês de Risco e de Gestão. O relatório que define a estrutura de gerenciamento de riscos está disponível no site do Banco (www.brde.com.br).

Agradecimentos

A Diretoria agradece aos clientes, pela decisão de contar com o apoio oferecido pelo BRDE; aos parceiros de negócios, particularmente ao BNDES, ao Banco do Brasil - FCO, à Caixa Econômica Federal – FGTS, à FINEP, ao Ministério do Turismo – FUNGETUR, à Agência Francesa de Desenvolvimento (AFD) e à ANCINE, pela contínua e crescente parceria no processo de desenvolvimento; aos Governos dos Estados Controladores, pela confiança depositada; e agradece, ainda, aos funcionários, reafirmando seu reconhecimento pela colaboração recebida.

Porto Alegre, 30 de junho de 2018.

	Nota	2018	2017
ATIVO CIRCULANTE		5.413.017	5.013.600
Disponibilidades		37	5
Títulos e valores mobiliários	4	2.889.185	2.774.501
Operações de crédito	5	2.283.876	2.060.642
Operações de crédito	5	2.428.704	2.167.628
Provisão para operações de crédito	5.4	(144.828)	(106.986)
Outros créditos		194.991	163.490
Créditos por avais e fianças honrados	5.1	50.051	5.310
Rendas a receber		3.529	1.732
Diversos	6	191.463	161.968
Provisão para outros créditos	5.4 / 5.6	(50.052)	(5.520)
Outros valores e bens		44.928	14.962
Outros valores e bens		52.472	21.526
Provisão para desvalorização		(7.544)	(6.564)
ATIVO NÃO CIRCULANTE		11.506.685	11.818.066
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO		11.479.559	11.788.639
Títulos e valores mobiliários	4	11.209	13.879
Carteira própria	4	714	3.820
Vinculados à prestação de garantias	4.1	10.495	10.059
Operações de crédito	5	10.996.372	11.262.173
Operações de crédito	5	11.391.129	11.621.810
Provisão para operações de crédito	5.4 / 5.6	(394.757)	(359.637)
Outros créditos		470.862	512.429
Créditos específicos	20a	99.460	87.772
Diversos	6	371.404	425.018
Provisão para outros créditos	5.4 / 5.6	(2)	(361)
Outros valores e bens		1.116	158
Investimentos temporários		2.216	911
Provisão para perdas de investimentos temporários		(1.100)	(753)
PERMANENTE		27.126	29.427
Investimentos - outros		1.666	1.652
Imobilizado de uso		18.940	20.097
Imóveis de uso		21.824	21.578
Outras imobilizações de uso		21.494	21.915
Depreciação acumulada		(24.378)	(23.396)
Imobilizado de arrendamento			
Bens arrendados		1.449	1.449
Depreciação acumulada		(1.449)	(1.449)
Intangível		6.520	7.678
Ativos intangíveis		19.715	17.716
Amortização acumulada		(13.195)	(10.038)
TOTAL DO ATIVO		16.919.702	16.831.666

(continua)

BALANÇO PATRIMONIAL

Semestres findos em 30 de junho de 2018 e 2017

Valores expressos em milhares de reais

	Nota	2018	2017
PASSIVO CIRCULANTE		2.874.778	2.715.619
Obrigações por repasses no país - instit. Oficiais	7	2.393.138	2.254.601
Tesouro Nacional		7.493	8.324
Banco do Brasil		26.572	19.130
BNDES		1.835.894	1.707.938
CEF		2.475	350
FINAME		489.162	499.560
FINEP		31.542	19.299
Outras obrigações		481.640	461.018
Fiscais e previdenciárias	9	38.854	93.049
Fundos financeiros e de desenvolvimento		396.241	272.669
Diversas	8	46.545	95.300
PASSIVO NÃO CIRCULANTE		11.461.400	11.623.986
Obrigações por repasses no país - instit. Oficiais	7	11.100.349	11.299.402
Tesouro Nacional		562	633
Banco do Brasil		175.357	142.946
BNDES		9.042.617	8.956.587
CEF		69.831	36.947
FINAME		1.642.140	2.026.146
FINEP		169.842	136.143
Outras obrigações		361.051	324.584
Fiscais e previdenciárias	9	58.239	34.589
Diversas	8	302.812	289.995
RESULTADOS DE EXERCÍCIOS FUTUROS		6.853	6.506
Resultados de exercícios futuros		6.853	6.506
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		2.576.671	2.485.555
Capital social	11	1.104.642	993.753
Reserva de capital	11	1.544.239	1.535.156
Ajustes de avaliação patrimonial	4.1 / 18.3	(72.210)	(43.354)
TOTAL DO PASSIVO		16.919.702	16.831.666

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

	<u>Nota</u>	<u>2018</u>	<u>2017</u>
RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		711.945	713.503
Operações de crédito	13	614.893	552.412
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários		97.052	161.091
DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		(496.098)	(421.526)
Operações de empréstimos e repasses		(345.878)	(298.763)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa		(150.220)	(122.763)
RESULTA DO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		215.847	291.977
OUTRAS RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS		(87.610)	(183.988)
Receitas de prestação de serviços		15.595	17.171
Despesas de pessoal	14	(82.360)	(94.414)
Outras despesas administrativas	15	(21.709)	(23.578)
Despesas tributárias		(16.040)	(19.249)
Outras receitas operacionais	17	54.682	21.466
Outras despesas operacionais	16	(37.778)	(85.384)
RESULTA DO OPERACIONAL		128.237	107.989
RESULTA DO NÃO OPERACIONAL	20d	(38)	22.985
RESULTA DO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO		128.199	130.974
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	12	(62.460)	(67.159)
Provisão para imposto de renda		(23.983)	(58.658)
Provisão para contribuição social		(16.648)	(48.361)
Ativo fiscal diferido		(21.829)	39.860
LUCRO LÍQUIDO DO SEMESTRE		65.739	63.815

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Semestres findos em 30 de junho de 2018 e 2017

Valores expressos em milhares de reais

	<u>Capital social</u>	<u>Incentivos fiscais</u>	<u>Reserva de capital Fundo regimental</u>	<u>Ajustes de avaliação patrimonial</u>	<u>Lucros acumulados</u>	<u>Total</u>
SALDOS EM 1º DE JANEIRO DE 2017	971.670	709	1.510.028	(41.404)		2.441.003
Ajustes de avaliação patrim - TVM				(2.091)		(2.091)
Ajustes de avaliação patrim - Ganhos atuariais				141		141
Provisão sobre garantias prestadas					(17.313)	(17.313)
Absorção de prejuízos acumulados com reservas			(17.313)		17.313	
Aumento de capital	22.083		(22.083)			
Lucro líquido do semestre					63.815	63.815
Constituição de reservas			63.815		(63.815)	
SALDOS EM 30 DE JUNHO DE 2017	993.753	709	1.534.447	(43.354)		2.485.555
SALDOS EM 1º DE JANEIRO DE 2018	1.013.907	709	1.568.526	(72.396)		2.510.746
Ajustes de avaliação patrim - TVM				(48)		(48)
Ajustes de avaliação patrim - Ganhos atuariais				234		234
Aumento de capital	90.735		(90.735)			
Lucro líquido do semestre					65.739	65.739
Constituição de reservas			65.739		(65.739)	
SALDOS EM 30 DE JUNHO DE 2018	1.104.642	709	1.543.530	(72.210)		2.576.671

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Lucro líquido ajustado	198.681	226.562
Lucro líquido do semestre	65.739	63.815
Depreciação e amortização	2.825	2.890
(Ganhos)/Perdas de capital	5	47
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	150.220	122.763
Provisão para garantias financeiras prestadas	(6.472)	32.155
Provisão para riscos fiscais, previdenciários, trabalhistas e cíveis	4.333	39.796
Provisão ISBRE/Benefícios pós-emprego, líquido de reversões	6.530	5.288
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(24.499)	(40.192)
 Variação de Ativos e Obrigações	 (291.399)	 (431.651)
(Aumento)/Redução em títulos e valores mobiliários	7.927	(40.921)
(Aumento)/Redução em operações de crédito	36.883	(521.166)
(Aumento)/Redução em outros créditos	24.618	(41.414)
(Aumento)/Redução em outros valores e bens	(2.108)	(917)
Aumento/(Redução) em obrigações por empréstimos e repasses	(221.199)	389.892
Aumento/(Redução) em outras obrigações	(33.777)	(3.706)
Aumento/(Redução) em resultados de exercícios futuros	173	(277)
Aumento/(Redução) em ajustes de avaliação patrimonial	185	(1.950)
Pagamento de imposto de renda e contribuição social	(104.101)	(211.192)
 CAIXA GERADO/(UTILIZADO) NAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	 (92.718)	 (205.089)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
Alienação de imobilizado	-	-
Aquisição de investimentos	-	(300)
Aquisição de imobilizado	(257)	(411)
Aplicação no intangível	(699)	(408)
 CAIXA GERADO/(UTILIZADO) NAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	 (956)	 (1.119)
 AUMENTO/(REDUÇÃO) LÍQUIDO DE CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA	 (93.674)	 (206.208)
 Caixa e Equivalentes a Caixa no Início do Semestre	 775.347	 679.985
Disponibilidades	2	22
Títulos e Valores Mobiliários Equivalentes a Caixa	775.345	679.963
Caixa e Equivalentes a Caixa no Final do Semestre	681.673	473.777
Disponibilidades	37	5
Títulos e Valores Mobiliários Equivalentes a Caixa	681.636	473.772

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO

Semestres findos em 30 de junho de 2018 e 2017

Valores expressos em milhares de reais

	2018	2017
RECEITAS	608.006	620.856
Intermediação financeira	711.945	713.503
Prestação de serviços	15.595	17.171
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(150.220)	(122.763)
Provisão para garantias financeiras prestadas	6.472	(22.986)
Outras	24.214	35.931
DESPESAS DE INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	345.878	298.763
INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS	31.807	73.883
Materiais, energia e outros	27.802	70.373
Serviços de terceiros	4.005	3.510
VALOR ADICIONADO BRUTO	230.321	248.210
DEPRECIAÇÃO E AMORTIZAÇÃO	2.825	2.890
VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR	227.496	245.320
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO	227.496	245.320
Pessoal	71.113	79.867
Remuneração direta	54.040	61.305
Benefícios	13.628	14.159
FGTS	3.445	4.403
Impostos, taxas e contribuições	89.746	100.955
Federais	88.505	99.800
Estaduais	30	27
Municipais	1.211	1.128
Remuneração de capitais de terceiros	898	683
Alugueis	898	683
Remuneração de capitais próprios	65.739	63.815
Lucros retidos do semestre	65.739	63.815

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

1 CONTEXTO OPERACIONAL

O Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul - BRDE é uma instituição financeira pública constituída sob a forma de convênio celebrado entre os Estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná e se constitui em instrumento dos governos desses Estados para o fomento às atividades produtivas da Região Sul, de acordo com o Decreto Federal nº. 51.617, de 5 de dezembro de 1962. Sua ação é efetuada através da canalização de recursos de médio e de longo prazo para atender às necessidades de financiamento dos investimentos produtivos que se realizam na região.

2 DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições financeiras, emanadas das normas e instruções do Conselho Monetário Nacional - CMN, Banco Central do Brasil - BACEN e da Lei das Sociedades por Ações. A aplicação dessas práticas requer que a instituição use de julgamento na determinação e registro de estimativas contábeis, quando for o caso. Ativos e passivos significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem: o valor residual do ativo permanente; provisão para créditos de liquidação duvidosa; ativos fiscais diferidos; provisão para demandas trabalhistas, fiscais, previdenciárias e cíveis; valorização de instrumentos financeiros; e outras provisões. Os valores definitivos das transações envolvendo essas estimativas somente são conhecidos por ocasião da sua liquidação.

O Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) emite normas e interpretações contábeis alinhadas às normas internacionais de contabilidade e aprovadas pela Comissão de Valores Mobiliários. O BACEN recepcionou os seguintes pronunciamentos, observados integralmente pelo Banco, quando aplicáveis:

- CPC 00 (R1) - Pronunciamento Conceitual Básico;
- CPC 01 (R1) - Redução ao Valor Recuperável de Ativos;
- CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa;
- CPC 04 (R1) – Ativo Intangível;
- CPC 05 (R1) - Divulgação de Partes Relacionadas;
- CPC 10 (R1) - Pagamento Baseado em Ações;
- CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro;
- CPC 24 - Eventos Subsequentes;
- CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes;
- CPC 33 (R1) - Benefícios a Empregados.

O BRDE aplica, ainda, o pronunciamento CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, que não é conflitante com as normas do BACEN, conforme determina a regulamentação vigente.

As demonstrações financeiras do semestre findo em 30 de junho de 2018 foram aprovadas pelo Conselho de Administração em reunião realizada na data de 24 de agosto de 2018.

3 PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

(a) Resultado das operações

É apurado pelo regime contábil de competência, que estabelece que as receitas e despesas devem ser incluídas na apuração dos resultados dos períodos em que ocorrerem, sempre simultaneamente quando se correlacionarem, independentemente de recebimento ou pagamento.

(b) Títulos e valores mobiliários

De acordo com a Circular BACEN nº. 3.068, de 8 de novembro de 2001, e regulamentação complementar, os títulos e valores mobiliários são classificados de acordo com a intenção de negociação, a critério da Administração, em três categorias, a saber:

- (i) títulos para negociação - avaliados ao valor de mercado em contrapartida ao resultado do semestre;
- (ii) títulos disponíveis para a venda - atualizados com base nas condições intrínsecas em contrapartida ao resultado do semestre, e ajustados ao valor de mercado em contrapartida à conta específica do patrimônio líquido; e
- (iii) títulos mantidos até o vencimento - atualizados com base nas condições intrínsecas, em contrapartida ao resultado do semestre.

(c) Ativos circulante e realizável a longo prazo

Demonstrados pelos valores de realização, incluindo, quando for aplicável, os rendimentos, as variações monetárias "pro rata die" incorridas e as variações cambiais, deduzidos das correspondentes provisões para perda ou ajuste ao valor de mercado e rendas a apropriar.

(d) Carteira de crédito e outros créditos

Os empréstimos e financiamentos concedidos decorrem principalmente de repasses provenientes do sistema BNDES-FINAME, conforme Nota 7, além de outros órgãos governamentais e recursos próprios do BRDE. Os encargos e as variações monetárias são apropriados em base "pro rata die" incorridos, deduzidos das correspondentes receitas a apropriar, conforme determinam as normas do BACEN, dentre elas a Resolução nº. 2.682/99. As rendas das operações de crédito vencidas há mais de 59 dias, independentemente do seu nível de risco, são reconhecidas como receita quando efetivamente recebidas.

Quando inadimplente, o mutuário tem uma piora gradativa no seu nível de risco, atingindo após seis meses o "rating H". Para as operações que possuam saldo vincendo superior a 36 meses, esse prazo é contado em dobro, conforme prevê a Resolução nº. 2.682/99. As operações de crédito, quando classificadas no "rating H", permanecem na carteira ativa até completarem seis meses, sendo então transferidas para compensação, conforme previsto também na Resolução nº. 2.682/99.

As operações renegociadas, que não tenham sido transferidas para compensação, são classificadas no mesmo nível que estavam antes de renegociação, enquanto que, as que já tinham sido transferidas para compensação, são classificadas em "H". Todavia, em ambos os casos, admite-se a classificação para níveis melhores sempre que houver amortização significativa ou ocorrência de fato relevante que justifique a diminuição do risco.

(e) Provisão para perdas com operações de crédito e outros créditos

A provisão para perdas com operações de crédito e outros créditos, efetuada com base nos percentuais mínimos estabelecidos nas normas do BACEN, e complementada por provisões adicionais em relação ao mínimo exigido pela regulamentação, é fundamentada na análise de cada operação e leva em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos das carteiras.

Como resultado, em 30 de junho, o valor total da provisão para perdas em operações de crédito é superior ao mínimo exigido pela Resolução nº. 2.682/99 (Nota 5.4) e considerado suficiente para eventuais perdas. A movimentação da provisão para carteira de créditos é apresentada na Nota 5.6.

(f) Ativo permanente

- **Imobilizado de uso:** demonstrado ao custo corrigido monetariamente até 31 de dezembro de 1995. A depreciação do imobilizado de uso é calculada pelo método linear, com base nas seguintes taxas anuais que levam em consideração a vida útil dos bens:

	<u>Taxas</u>
Imóveis	4% a.a.
Instalações, Equipamentos e Sistemas de Comunicação e Segurança	10% a.a.
Sistemas de processamento de dados e Veículos	20% a.a.

Esses ativos são revistos anualmente para verificar se há alguma indicação de perda no seu valor recuperável e, quando aplicável, um ajuste é reconhecido.

- **Intangível:** corresponde aos direitos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da instituição ou exercidos com essa finalidade. Os ativos intangíveis possuem vida útil definida e referem-se basicamente aos softwares, amortizados pelo método linear à taxa de 20% ao ano a partir da data da sua disponibilidade para uso. A entidade avalia, ao fim de cada período de reporte, se houve alguma indicação de que um ativo intangível tenha sofrido desvalorização. Se houver alguma indicação, a entidade estima o valor recuperável do ativo.

(g) Passivos circulante e exigível a longo prazo

Demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, incluindo, quando for aplicável, os encargos e as variações monetárias em base "pro rata die" incorridas, deduzidos das correspondentes despesas a apropriar.

(h) Impostos e contribuições

As provisões para Imposto de Renda, Programa de Integração Social - PIS e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS foram calculadas às alíquotas vigentes, 25%, 0,65% e 4%, respectivamente. A Lei nº. 13.169/2015, que aumentou a alíquota da Contribuição Social - CSLL de 15% para 20% sobre o lucro das instituições financeiras, gerados a partir de 1º de setembro de 2015, com validade até o final de 2018.

Os créditos e obrigações tributárias diferidas referentes ao imposto de renda e contribuição social, também apurados com base nas alíquotas de 25% e 20%, respectivamente, são constituídos sobre diferenças temporárias entre o resultado contábil e o fiscal. No caso da CSLL, para os créditos e débitos com perspectiva de realização após 2018, foi usada a alíquota de 15%. De acordo com o disposto na Circular BACEN nº. 3.171/02, a expectativa de realização dos referidos créditos e obrigações da instituição, conforme demonstrado na Nota 6 (a), está baseada em projeção de resultados futuros e fundamentada em estudo técnico revisado e atualizado em junho de 2018.

(i) Provisão para riscos fiscais, previdenciários, trabalhistas e cíveis

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das contingências ativas e passivas e obrigações legais são efetuadas de acordo com os critérios definidos na Resolução CMN nº. 3.823/09 e Carta Circular BACEN nº. 3.429/10.

Ativos contingentes: não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a Administração possui total controle da situação ou quando há garantias reais ou decisões favoráveis, sobre as quais não cabem mais recursos, caracterizando como praticamente certa a realização do ativo.

Passivos contingentes: decorrem basicamente de processos judiciais e administrativos, inerentes ao curso normal dos negócios movidos por terceiros, ex-empregados e órgãos públicos, em ações cíveis, trabalhistas, de natureza fiscal e previdenciária e outros riscos. Essas contingências, coerentes com práticas conservadoras adotadas, são avaliadas por assessores legais e levam em consideração a probabilidade de que recursos financeiros sejam exigidos para liquidar as obrigações e que o montante das obrigações possa ser estimado com suficiente segurança. Os valores das contingências são quantificados utilizando-se modelos e critérios que permitam sua mensuração de forma adequada, baseados em suporte documental ou contábil, ou histórico de fatos assemelhados, apesar da incerteza inerente ao prazo ou valor. As contingências classificadas como prováveis são aquelas para as quais são constituídas provisões; as contingências possíveis requerem somente divulgação e as remotas não requerem provisões ou divulgação.

Obrigações legais - fiscais e previdenciárias: decorrem de discussão judicial sobre a constitucionalidade das leis que as instituíram e, independentemente de avaliação acerca da probabilidade de sucesso, têm seus montantes provisionados integralmente nas demonstrações financeiras.

(j) Provisões atuariais

O Banco é patrocinador da Fundação BRDE de Previdência Complementar - ISBRE, cuja principal finalidade é a de manter planos de aposentadorias e pensões (Nota 18). O regime atuarial de apuração do custo e contribuições dos planos é o de capitalização, avaliado anualmente por atuário independente.

Os ganhos ou perdas atuariais reconhecidos de um determinado período correspondem a aumentos ou reduções no valor presente da obrigação de benefício definido em razão de mudanças em premissas atuariais e os ajustes pela experiência.

Os benefícios pós-emprego são reconhecidos na demonstração do resultado da seguinte forma:

- Custo do serviço corrente: aumento do compromisso do plano (obrigações atuariais) resultante do serviço prestado pelo empregado no período, ou seja, em função da "aquisição" do direito pelo tempo da prestação do serviço por mais um período.
- Custo de juros sobre a obrigação atuarial: definido como o aumento, durante o período, no valor presente das obrigações como resultado do transcurso do tempo.
- Ajustes de Avaliação Patrimonial no Patrimônio Líquido: compreendem ganhos e perdas atuariais, retorno sobre os ativos do plano excluindo valores considerados nos juros líquidos do benefício definido e qualquer mudança no efeito do teto de ativo excluindo os valores considerados nos juros líquidos de benefício definido.

(k) Caixa e equivalentes de caixa

Compreendem, na composição da demonstração de fluxos de caixa, os saldos de disponibilidades e aplicações em Fundos de Investimento que, em sua carteira, possuem prazo de resgate de até 90 dias a contar da data de aquisição do respectivo título (operações compromissadas) nos termos da Resolução CMN nº. 3.604/08. Essas aplicações financeiras estão demonstradas ao custo, acrescidos dos rendimentos auferidos até a data de encerramento do semestre, possuem liquidez imediata e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor (Nota 4.2).

(l) Eventos subsequentes

Correspondem aos eventos ocorridos entre a data-base das demonstrações contábeis e a data de autorização para a sua emissão. São compostos por:

- Eventos que originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que já existiam na data-base das demonstrações contábeis; e
- Eventos que não originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que não existiam na data-base das demonstrações contábeis.

4 TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

4.1 Composição de títulos e valores mobiliários

	2018	2017
Total de títulos e valores mobiliários (i)	2.899.680	2.784.560
Ativo circulante	2.889.185	2.774.501
Cotas de fundos de investimento	2.889.185	2.774.501
Ativo realizável a longo prazo	11.209	13.879
Cotas de fundos de investimento em garantia (ii)	10.495	10.059
Ações de companhias abertas	714	3.820

(i) Correspondem, em sua grande parte (2018 – 86,99%; 2017 - 90,19%), a Cotas de Fundo Exclusivo de Investimento Renda Fixa, administrado pela BB Administração de Ativos - Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A., com base em parâmetros estabelecidos pelo BRDE, majoritariamente lastreadas em títulos públicos federais, avaliados a valor de mercado. A meta do Fundo é obter uma rentabilidade superior a 101% da taxa DI para 85% da carteira e superior a IPCA + 5% para os 15% restantes.

(ii) Montante que está caucionado a processos judiciais.

4.2 Abertura da carteira de títulos e valores mobiliários de acordo com a sua classificação

Os títulos e valores mobiliários são todos classificados como disponível para venda e não possuem vencimento. Seu custo de aquisição e o valor de mercado, em 30 de junho, eram os seguintes:

	2018		2017	
	Valor de custo	Valor de mercado	Valor de custo	Valor de mercado
Cotas de fundos de investimento	2.899.680	2.899.680	2.784.560	2.784.560
Ações de companhias abertas	6.068	714	6.068	3.820
Total	2.905.748	2.900.394	2.790.628	2.788.380

Os efeitos decorrentes da avaliação da carteira de ações a valor de mercado foram levados à conta específica do patrimônio líquido, deduzidos dos efeitos tributários. A desvalorização de R\$ (5.354) (2017 - R\$ (2.248)) entre o valor de custo e o valor de mercado foi registrada no patrimônio líquido no montante de R\$ (3.212) (2017 - R\$ (1.501)), após o registro de R\$ (2.142) (2017 - R\$ (747)) em "Obrigações Tributárias Diferidas", conforme demonstrado na Nota 6 (a).

O valor de custo das cotas do Fundo de Investimento está ajustado pelo seu valor patrimonial na data do balanço, que corresponde ao seu valor de mercado.

5 CARTEIRA DE CRÉDITOS

A carteira de crédito é composta por: operações de crédito (empréstimos e financiamentos), avais e fianças honrados e devedores por compra de valores e bens.

5.1 Composição da carteira de créditos por tipo de operação

	2018	2017
Empréstimos e títulos descontados	394.980	430.803
Financiamentos	4.935.477	5.146.603
Setor Público	294.849	271.605
Setor Pivado	4.640.627	4.874.998
Financiamentos a exportação	9.977	26.112
Financiamentos agroindustriais	144.279	-
Financiamentos rurais	8.335.121	8.185.920
Investimento Agricultura	5.630.375	5.532.144
Investimento Pecuária	2.704.746	2.653.776
Total de operações de crédito	13.819.833	13.789.438
Outros créditos	75.298	33.183
Avais e fianças honrados	50.051	5.310
Devedores por compra de valores e bens (nota 6)	25.247	27.873
Total da carteira de crédito	13.895.131	13.822.621
Provisão para carteira de crédito	(589.639)	(472.504)
Operações de crédito	(539.585)	(466.623)
Outros créditos	(50.054)	(5.881)
Total da carteira líquida de créditos	13.305.492	13.350.117
Circulante	2.287.488	2.064.250
Não circulante	11.018.004	11.285.867

5.2 Concentração da carteira de crédito

Risco	2018		2017	
	Valor	%	Valor	%
Maior cliente	277.853	2,00%	280.094	2,03%
10 seguintes maiores clientes	1.914.455	13,78%	2.025.469	14,65%
20 seguintes maiores clientes	1.661.957	11,96%	1.652.174	11,95%
50 seguintes maiores clientes	1.734.755	12,48%	1.611.746	11,66%
100 seguintes maiores clientes	1.769.984	12,74%	1.662.319	12,03%
Demais clientes	6.536.127	47,04%	6.590.819	47,68%
Total da Carteira	13.895.131	100,00%	13.822.621	100,00%

5.3 Distribuição da carteira de operações de crédito por setor de atividade

	2018	2017
Setor Público	294.849	271.605
Administração pública	149.599	112.906
Indústria	145.250	158.699
Setor Privado	13.600.282	13.551.016
Agropecuária	4.630.811	4.672.876
Indústria	3.224.467	3.350.305
Infraestrutura	2.911.856	2.747.616
Comércio	1.981.972	1.961.728
Serviços	851.176	818.491
Total operações de crédito	13.895.131	13.822.621

5.4 Composição da carteira de créditos e correspondente provisão para perdas

Nível de Risco	2018				2017			
	Carteira	Provisão			Carteira	Provisão		
		Res. BACEN	Adicional	Total		Res. BACEN	Adicional	Total
AA	6.417.854	-	-	-	5.987.564	-	-	-
A	5.693.423	28.467	-	28.467	6.168.029	30.840	-	30.840
B	696.006	6.960	-	6.960	581.601	5.816	-	5.816
C	300.471	9.014	-	9.014	465.222	13.957	-	13.957
D	208.150	20.815	10.407	31.222	149.164	14.916	7.458	22.374
E	88.072	26.422	8.807	35.229	65.239	19.572	6.524	26.096
F	26.279	13.140	3.942	17.082	81.720	40.860	12.258	53.118
G	64.227	44.959	16.057	61.016	72.772	50.940	18.053	68.993
H	400.649	400.649	-	400.649	251.310	251.310	-	251.310
Totais	13.895.131	550.426	39.213	589.639	13.822.621	428.211	44.293	472.504

A provisão adicional corresponde ao valor excedente ao mínimo requerido pela Resolução BACEN nº 2682/99 e foi constituída dentro de critérios prudenciais estabelecidos pela Administração, em conformidade com a boa prática bancária, no sentido de permitir a absorção de perdas oriundas de circunstanciais aumentos de inadimplência por eventual reversão/mudança do ciclo econômico de setores em que o BRDE opera.

5.5 Composição da carteira de créditos por faixa de vencimento das operações

Operações em curso normal - sem atraso											
	AA	A	B	C	D	E	F	G	H	2018	2017
Parcelas Vincendas	6.392.603	5.654.822	586.739	241.119	79.188	23.233	9.224	15.922	63.183	13.066.033	12.970.170
01 a 30 dias	222.441	167.404	12.861	3.767	2.494	935	375	636	1.532	412.445	340.541
31 a 60 dias	82.398	52.554	8.692	2.764	998	435	137	12	318	148.308	125.286
61 a 90 dias	66.937	63.416	6.780	2.891	904	376	37	3	405	141.749	120.453
91 a 180 dias	275.872	211.835	22.159	10.503	3.257	1.228	490	44	11.815	537.202	440.746
181 a 360 dias	448.874	440.019	40.619	30.053	7.221	2.052	1.535	384	2.198	972.956	947.581
acima de 360 dias	5.296.081	4.719.594	495.628	191.142	64.314	18.207	6.650	14.843	46.915	10.853.374	10.995.563
Operações em curso anormal - com atraso superior a 14 dias											
Parcelas Vincendas	21.820	36.906	100.783	51.751	119.932	56.313	14.127	44.542	223.321	669.495	769.770
01 a 30 dias	30	394	1.021	581	2.629	676	269	884	2.226	8.710	8.017
31 a 60 dias	25	318	1.178	578	2.342	599	245	459	1.711	7.455	8.902
61 a 90 dias	25	322	1.074	509	2.388	609	287	421	1.909	7.544	7.397
91 a 180 dias	480	1.459	4.810	2.104	6.531	2.421	958	1.208	5.703	25.674	25.576
181 a 360 dias	2.594	3.669	11.661	7.875	13.552	4.319	2.003	2.626	12.418	60.717	80.495
acima de 360 dias	18.666	30.744	81.039	40.104	92.490	47.689	10.365	38.944	199.354	559.395	639.383
Parcelas Vencidas	3.431	1.695	8.484	7.601	9.030	8.526	2.928	3.763	114.145	159.603	82.681
Subtotal - curso anormal	25.251	38.601	109.267	59.352	128.962	64.839	17.055	48.305	337.466	829.098	852.451
Total da Carteira - 2018	6.417.854	5.693.423	696.006	300.471	208.150	88.072	26.279	64.227	400.649	13.895.131	
Total da Carteira - 2017	5.987.564	6.168.029	581.601	465.222	149.164	65.239	81.720	72.772	251.310		13.822.621

5.6 Movimentação da provisão da carteira de crédito

	2018	2017
Saldo inicial	525.870	540.564
Constituição	190.103	131.202
Reversão	(39.561)	(8.439)
Transferências para compensação	(86.773)	(190.823)
Saldo final	589.639	472.504

O aumento ocorrido na constituição da provisão no semestre decorre da lenta recuperação da situação econômico-financeira que o país recentemente passou, retardando a melhora nos níveis de provisionamento.

5.7 Garantias financeiras prestadas

O BRDE possui, no final do semestre, carteira de garantias financeiras prestadas na modalidade de carta de fiança no montante de R\$ 261.968. Desse total, R\$ 256.941 estão assegurados por garantias reais (hipotecas, alienação fiduciária de equipamentos e penhor de ações, entre outros), e os R\$ 5.027 restantes não possuem garantias reais vinculadas diretamente ao contrato de fiança, mas contam com cláusula de sub-rogação nas garantias constituídas no contrato afiançado.

Nos termos previstos na Resolução BACEN nº. 2.682/99, aliado aos conceitos introduzidos pela Resolução BACEN nº. 4.512/16, é feito o cálculo da estimativa (provisão) de perda. Tal provisionamento encontra-se registrado em "Outras Obrigações - Diversas".

Nível de Risco	2018				2017			
	Carteira	Provisão			Carteira	Provisão		
		Res. BACEN	Adicional	Total		Res. BACEN	Adicional	Total
AA ⁽¹⁾	36.611	-	-	-	35.608	-	-	-
A ⁽¹⁾	86.200	431	-	431	194.728	974	-	974
B ⁽¹⁾	79.537	796	-	796	36.976	370	-	370
C ⁽¹⁾	5.050	151	-	151	9.181	275	-	275
D ⁽¹⁾	20.420	2.042	1.021	3.063	2.277	228	114	342
D ⁽²⁾	5.027	503	251	754	5.643	564	282	846
E	-	-	-	-	-	-	-	-
F ⁽¹⁾	-	-	-	-	422	211	63	274
G	-	-	-	-	-	-	-	-
H ⁽¹⁾	29.123	29.123	-	29.123	51.383	51.383	-	51.383
Totais	261.968	33.046	1.272	34.318	336.218	54.005	459	54.464

(1) com garantia real

(2) com garantia por sub-rogação

6 OUTROS CRÉDITOS – DIVERSOS

	2018	2017
Imposto de renda e contribuição social diferidos (a)	412.436	438.211
Devedores por depósitos em garantia	111.313	104.341
Devedores por compra de valores e bens (Nota 5.1)	25.247	27.873
Pagamentos a ressarcir	7.157	9.383
Adiantamentos e antecipações salariais	2.803	3.408
Pendências a regularizar	3.449	3.301
Outras	461	469
Total	562.867	586.986
Ativo circulante	191.463	161.968
Ativo realizável a longo prazo	371.404	425.018

(a) A Instituição constitui crédito tributário sobre as adições temporárias que serão futuramente dedutíveis nas bases de cálculo do imposto de renda e contribuição social. Também é constituída obrigação tributária diferida sobre exclusões temporárias, contabilizada em "Outras Obrigações - Fiscais e Previdenciárias".

A seguir demonstramos as movimentações dos créditos e obrigações tributárias diferidas realizadas no 1º semestre de 2018.

Créditos tributários diferidos	2017	Constituição	Reversão	2018
Provisão para contingências	50.476	791	(7.254)	44.013
Provisão para garantias prestadas	16.366	12.466	(15.418)	13.414
Provisão para perdas com operações de crédito	198.519	41.203	(40.825)	198.897
Créditos baixados para prejuízo - temporariamente indedutíveis	133.204	49.078	(84.026)	98.256
Provisão para assistência médica e PB II - inativos	26.713	2.357	(1.380)	27.690
Licença prêmio em aquisição	532	-	(109)	423
Participação nos lucros e resultados	-	2.130	-	2.130
Ajuste ao valor de mercado de TVM	2.110	278	(246)	2.142
Insuficiência de depreciação	306	-	-	306
Provisão para perdas com outros créditos	3.258	21.614	(2.348)	22.524
Provisão para desvalorização de outros valores e bens	2.515	261	(135)	2.641
Total	433.999	130.178	(151.741)	412.436

Os créditos tributários sobre adições temporárias são realizados quando do pagamento, utilização ou reversão das provisões relacionadas e quando do ajuste ou alienação dos títulos e valores mobiliários.

Obrigações tributárias diferidas	2017	Constituição	Reversão	2018
Renegociações REFIS/RECOOP	1.876	-	(110)	1.766
Renegociações rural/PF - Lei nº 9.430/96	701	-	-	701
Atualização de depósitos judiciais	21.405	748	-	22.153
Renegociações tributadas por caixa - Lei nº 9.430/96	13.907	-	(417)	13.490
Recuperação judicial - deferimento	26.183	23.156	(20.706)	28.633
Total	64.072	23.904	(21.233)	66.743

As obrigações tributárias são realizadas conforme o efetivo recebimento das parcelas renegociadas com mutuários optantes pelo REFIS e pelo RECOOP, nos moldes da Lei nº. 9.964/00, ou quando do recebimento dos créditos recuperados que se enquadrem nas hipóteses previstas no artigo 12 da Lei nº. 9.430/96. São realizadas também quando da efetivação da receita de atualização de depósito judicial pela solução da lide em questão e, ainda, quando do ajuste ou alienação dos títulos e valores mobiliários

A movimentação líquida dos valores de imposto de renda e contribuição social diferidos, ocorrida no semestre, foi de R\$ (15.708) e R\$ (7.578), respectivamente (2017 - R\$ 32.145 e R\$ 24.094). O reflexo dessa movimentação foi contabilizado no resultado do semestre e, nos casos de ajuste ao valor de mercado dos títulos e valores mobiliários ou de ganhos e perdas sobre provisões atuariais, na respectiva conta do patrimônio líquido.

A seguir apresenta-se a expectativa de realização dos créditos e obrigações totais:

	Créditos Tributários	Obrigações Tributárias
1º ano	173.059	8.503
2º ano	81.436	36.402
3º ano	61.786	18.575
4º ano	23.034	499
5º ano	17.585	2.363
6º ao 10º ano	55.536	401
após 10º ano	55.519	-
Total	467.955	66.743

O valor presente dos créditos tributários contabilizados, calculados considerando-se a taxa de captação praticada pelo BRDE, totaliza R\$ 372.857 (2017 - R\$ 402.300) e o valor presente das obrigações tributárias contabilizadas é de R\$ 59.856 (2017 - R\$ 36.221).

7 OBRIGAÇÕES POR REPASSES NO PAÍS – INSTITUIÇÕES OFICIAIS

Correspondem a recursos originários de programas oficiais, os quais são repassados a mutuários finais. Essas obrigações têm vencimentos mensais até o ano 2039, estando sujeitas, na sua maior parte, a encargos financeiros prefixados, sendo repassados aos clientes nos mesmos prazos e taxas, acrescidos de “del credere”.

	2018						2017	
	Tesouro Nacional	BB	BNDDES	CEF	FINAME	FINEP	Total	
Sem Vencimento	7.408	-	45.595	-	7.604	-	60.607	64.878
Até 3 meses	-	10.968	662.759	843	141.158	7.413	823.141	764.439
De 3 a 12 meses	84	15.604	1.127.540	1.632	340.401	24.130	1.509.391	1.425.284
De 1 a 3 anos	149	51.810	3.202.798	9.653	840.290	75.619	4.180.319	3.880.216
De 3 a 5 anos	158	52.304	2.425.068	11.420	580.145	64.566	3.133.661	3.248.239
De 5 a 15 anos	256	71.243	3.358.144	39.217	221.704	29.656	3.720.220	4.099.125
Acima de 15 anos	-	-	56.607	9.541	-	-	66.148	71.822
Total	8.055	201.929	10.878.511	72.306	2.131.302	201.384	13.493.487	13.554.003
Passivo Circulante	7.493	26.572	1.835.894	2.475	489.162	31.542	2.393.138	2.254.601
Exigível a Longo Prazo	562	175.357	9.042.617	69.831	1.642.140	169.842	11.100.349	11.299.402

8 OUTRAS OBRIGAÇÕES – DIVERSAS

	2018	2017
Provisão para riscos fiscais, previdenciários, trabalhistas e cíveis (Nota 10)	108.010	110.316
Provisão para férias, 13º salário, licença-prêmio e encargos sociais	22.678	38.755
Provisão pra garantias financeiras prestadas (Nota 5.7)	34.318	54.464
Valores de mutuários a regularizar (a)	11.971	13.140
Pagamentos a processar	1.648	1.812
Programa de Estímulo ao Desligamento Voluntário - PEDV (b)	-	34.856
Salários e benefícios a pagar	4.731	4.604
Pendências a regularizar	1.376	4.559
Provisão para assistência médica e PB II - inativos (c) e (Nota 18)	144.620	102.572
Obrigações por aquisição de bens e direitos (Nota 19)	10.700	11.070
Outras	9.305	9.147
Total	349.357	385.295
Passivo circulante	46.545	95.300
Passivo exigível a longo prazo	302.812	289.995

(a) O montante de R\$ 11.971 (2017 - R\$ 13.140), registrado em “Valores de Mutuários a Regularizar”, refere-se, principalmente, a valores recebidos em adiantamento de renegociações de crédito, pendentes de formalização, e de substituição de garantias contratadas.

(b) Implantado pelo BRDE no transcorrer do 1º semestre de 2017, com o objetivo de realizar ajustes no seu quadro funcional, modificar o perfil de suas Despesas Administrativas, racionalização da gestão, renovação da estrutura de cargos, dentre outros, o Programa de Estímulo ao Desligamento Voluntário – PEDV foi encerrado em maio de 2018.

O valor registrado no exercício anterior trata-se da parcela indenizatória calculada no momento da implantação do programa, de acordo com os Pronunciamentos Contábeis CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes e CPC 33 – Benefícios a Empregados.

(c) O valor de atualização no semestre do valor provisionado para despesas médicas foi de R\$ 6.529, enquanto que o valor desembolsado com despesas médicas de inativos foi de R\$ 3.449.

9 OUTRAS OBRIGAÇÕES – FISCAIS E PREVIDENCIÁRIAS

	2018	2017
Provisão para impostos e contribuições diferidos (Nota 6(a))	66.743	40.398
Provisão para impostos e contribuições sobre lucros	22.939	76.613
Impostos e contribuições a recolher	7.411	10.627
Total	97.093	127.638
Passivo circulante	38.854	93.049
Passivo exigível a longo prazo	58.239	34.589

10 PROVISÃO PARA RISCOS FISCAIS, PREVIDENCIÁRIOS, TRABALHISTAS E CÍVEIS

O montante dos riscos para os quais o BRDE constitui provisão está assim composto:

	2017	Constituição	Reversão	2018
Fiscais (a)	2.836	55	(2.891)	-
Previdenciárias (b)	14.167	97		14.264
Trabalhistas (c)	34.400	1.476	(3.197)	32.679
Cíveis	59.657	1.623	(213)	61.067
Total	111.060	3.251	(6.301)	108.010

(a) As provisões fiscais são referentes ao seguinte fato:

- i. INCENTIVO FISCAL – PAT – R\$ 2.891: refere-se à ação judicial fiscal atinente ao IRPJ, visando ao direito de deduzir incentivo fiscal do Programa de Alimentação do Trabalhador - PAT, sem limitação de valor por refeição previsto pela RFB, mas com base no valor efetivamente despendido, bem como restituir valores recolhidos a maior de 2008 a 2012. A provisão foi revertida neste semestre pois a ação judicial foi exitosa.
- ii. Durante o exercício de 2017, o BRDE foi autuado pela RFB por excluir da base de cálculo do IRPJ e CSLL as variações monetárias ativas decorrentes de depósitos judiciais de natureza cível. De acordo com nossos consultores jurídicos, a probabilidade de perda desse processo, que se encontra em fase administrativa, é possível e monta, em 30 de junho de 2018, o valor de R\$ 22.362.

(b) As provisões previdenciárias são referentes aos seguintes fatos:

- i. INSS - R\$ 14.264: contribuições previdenciárias sobre verbas pagas por ocasião do Acordo Trabalhista de 1992, entendidas pela Justiça Trabalhista como de caráter indenizatório, já depositados em juízo; e

(c) O Banco possuía, em 30 de junho, provisão para ações trabalhistas no valor de R\$ 32.679. Adicionalmente, existem ações trabalhistas consideradas como de perda possível pelos assessores jurídicos do Banco no montante de R\$ 65.283 (2017 - R\$ 182.077), que correspondem em grande parte a causas coletivas de equiparação entre os Planos de Cargos e Salários do BRDE. Tais ações não se encontram provisionadas conforme Nota 3 (i).

(d) As provisões cíveis são referentes aos seguintes fatos:

- i. R\$ 57.495 referem-se a honorários de sucumbência. Sobre este valor, o BRDE efetuou depósito judicial de mesmo montante; e
- ii. R\$ 3.572 referem-se a processo movido por mutuário pleiteando indenização. Também esse processo está suportado por depósito judicial de mesmo montante.

11 PATRIMÔNIO LÍQUIDO

O capital social, subscrito e integralizado, está dividido em parcelas iguais entre os Estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná. Estas parcelas são integralizadas mediante incorporação de eventuais contribuições financeiras e dos resultados gerados em cada Estado participante, que são apurados e controlados separadamente.

O BRDE, em atendimento à Resolução nº. 3.605/08 do Conselho Monetário Nacional destinou, no semestre findo em 30 de junho, os lucros acumulados do semestre corrente para a formação de uma Reserva de Capital - Fundo Regimental. O fundo tem por finalidade receber os lucros que futuramente irão incorporar ao capital social. A incorporação deste fundo ao capital depende da capacidade dos Estados participarem proporcionalmente com os recursos retidos no Fundo, de modo a manter-se igualitária a participação de cada Estado no capital social.

Durante o ano de 2017, o BRDE procedeu a uma capitalização no primeiro semestre, utilizando R\$ 22.083 de reservas, aumentando seu capital de R\$ 971.670 para R\$ 993.753 e, no segundo semestre, passou para R\$ 1.013.907 também com a utilização de reservas.

Nesse semestre encerrado em 30 de junho, o BRDE aumentou seu capital para R\$ 1.104.642 novamente através de capitalização de reservas no montante de R\$ 90.735.

12 IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

Conciliação do resultado de IRPJ e CSLL do período:

	2018	2017
Resultado do semestre, antes da tributação.	128.199	130.974
Provisão para IRPJ e CSLL (i)	(57.690)	(58.938)
Adições e exclusões		
Provisão para passivos contingentes	7.263	(17.631)
Provisão para garantias financeiras prestadas	2.913	(24.509)
Provisão para operações de crédito	(9.450)	28.517
Créditos baixados como prejuízo	36.598	(46.773)
Provisão para outros créditos	(19.246)	2.110
Provisão para participação nos lucros	(2.130)	(2.068)
Provisão para assistência médica e PB II	(1.386)	(774)
Atualização de depósitos judiciais	792	1.503
Renegociações REFIS/RECOOP e Lei 9.430 (art. 12)	(110)	(1.892)
Recuperações judiciais - deferimento	5.397	-
Outros, líquidos	(1.479)	12.391
Incentivos fiscais	567	713
IRPJ e CSLL correntes	(37.961)	(107.351)
IRPJ e CSLL diferidos ativos (Nota 6(a))	(21.828)	39.860
IRPJ e CSLL diferidos passivos (Nota 6(a))	(2.671)	332
IRPJ e CSLL registrados no resultado	<u>(62.460)</u>	<u>(67.159)</u>

13 RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO

	2018	2017
Rendas de Empréstimos	25.672	31.741
Rendas de Financiamentos	236.780	216.259
Rendas de Financiamentos a Exportação	2.636	2.207
Rendas de Financiamentos Rurais	262.643	223.443
Rendas de Financiamentos Agroindustriais	6.099	6.171
Recuperação de Créditos Baixados como Prejuízo	79.283	70.982
Rendas de Créditos por Avais e Fianças Honrados	1.780	1.609
Total da Receita com Operações de Crédito	614.893	552.412

14 DESPESAS COM PESSOAL

	2018	2017
Remuneração	51.008	58.097
Encargos Sociais	20.878	25.313
Benefícios	7.324	7.698
Honorários	2.073	2.362
Outros	1.077	944
Total	82.360	94.414

15 OUTRAS DESPESAS ADMINISTRATIVAS

	2018	2017
Aluguéis	898	683
Comunicações	751	800
Manutenção e Conservação de Bens	1.812	1.661
Processamento de Dados	1.658	4.423
Promoções e Relações Públicas	879	843
Publicidade e Propaganda	791	799
Serviços de Terceiros	1.208	1.180
Serviços Técnicos Especializados	1.787	1.125
Transportes	1.003	906
Viagem	1.710	1.663
Depreciação e Amortização	2.825	2.890
Outras	6.387	6.605
Total	21.709	23.578

16 OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS

	2018	2017
Despesa com provisões cíveis	1.409	1.978
Despesa com provisões trabalhistas	1.495	7.256
Despesa com provisões fiscais e tributárias	152	283
Despesa com provisão sobre garantias prestadas	25.520	32.155
Atualização de passivos contingentes	6.530	5.289
Atualização do saldo devedor - aquisição de imóvel	463	499
Outras (i)	2.209	37.924
Total	37.778	85.384

- i. Do valor registrado nesta conta em 2017, R\$ 35.396 refere-se a parcela indenizatória do Programa de Estímulo ao Desligamento Voluntário – PEDV, implantado em maio/2017.

17 OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS

	2018	2017
Reversão de provisões operacionais:		
Programada PEDV	2.917	3.854
Processos trabalhistas	1.961	1.251
Processo PAT	2.891	-
Outras	1.364	866
Atualização de depósitos judiciais	1.760	3.340
Remuneração Administração FSA	3.827	1.748
Correção monetária valores ativos	5.244	661
Outras	34.718	9.746
Total	54.682	21.466

18 BENEFÍCIOS PÓS-EMPREGO

Em conformidade com a Deliberação nº. 695 da Comissão de Valores Mobiliários - CVM, o BRDE realizou, em dezembro de 2017, através de consultoria especializada, os cálculos atuariais cujos resultados são apresentados a seguir.

18.1 Plano de aposentadoria complementar em entidade fechada

O BRDE é patrocinador da Fundação BRDE de Previdência Complementar – ISBRE, entidade fechada de previdência complementar criada com o objetivo de oferecer, aos seus participantes, benefícios

suplementares àqueles da Previdência Oficial, em especial suplementação de aposentadoria e pensão. O ISBRE, por sua vez, é gestor de dois Planos Previdenciários:

- Plano de Benefícios I (PB I): estruturado na modalidade de Benefício Definido, ao qual está vedado o ingresso de novos participantes, e cujo método de financiamento para determinação do custo e das contribuições é o Prêmio Nivelado Individual (regime de capitalização), avaliado por atuário independente. O perfil do plano é o seguinte:

PB I	Participantes	Idade média (anos)
Ativos	116	60,61
Assistidos	352	70,59
Pensionistas	85	82,00

- Plano de Benefícios II (PB II): implementado no primeiro semestre de 2002, estruturado na modalidade de Contribuição Variável, no qual os benefícios programados de renda vitalícia são determinados na data da concessão do benefício a partir do montante capitalizado das contribuições do BRDE e dos participantes. O perfil do plano é o seguinte:

PB II	Participantes	Idade média (anos)
Ativos	338	42,54
Assistidos	1	55,00
Pensionistas	12	26,83

18.1.1 – Premissas adotadas

Para os cálculos atuariais foram utilizadas as seguintes premissas:

	2017		2016	
	PB I	PB II	PB I	PB II
Taxa de desconto atuarial	5,29%	5,45%	5,78%	
Retorno real esperado sobre os ativos	5,29%	5,45%	5,78%	
Taxa real de crescimento salarial dos empregados ativos	4,206%		4,206%	
Crescimento real dos benefícios do plano durante o recebimento	0,00%		0,00%	
Fator de capacidade sobre os benefício	98,20%	100,00%	98,20%	100,00%
Fator de capacidade sobre os salários	98,20%	100,00%	98,20%	100,00%
Inflação esperada	3,96%	3,96%	4,85%	
Taxa de desconto nominal	9,46%	9,63%	10,91%	
Retorno nominal esperado sobre os ativos do plano	9,46%	9,63%	10,91%	
Taxa nominal de crescimento salarial dos empregados ativos	8,33%		9,26%	
Crescimento nominal dos benefícios do plano durante o recebimento	3,96%		4,85%	
Mortalidade geral	AT 2000 (suavizada em 10%), segregada por sexo		AT 2000 M (suavizada em 10%)	
Mortalidade de inválidos	MI 85, segregada por sexo		MI 85	
Entrada de invalidez	Álvaro Vindas		Álvaro Vindas	
Taxa anual de rotatividade	Nula		Nula	
Composição familiar	Família média. Para pensionistas (PB I) e assistidos (PB II), família efetiva conforme cadastro		Família média. Para pensionistas (PB I) e assistidos (PB II), família efetiva conforme cadastro	

18.1.2 – Patrimônio do Plano

Patrimônio - PB I	Valor Contabilizado	Ajuste a Valor de Mercado	Valor Justo dos Ativos
Disponível	18	-	18
Realizável - Gestão Previdencial	3.522	-	3.522
Realizável - Gestão Administrativa	1.887	-	1.887
Fundos de Investimentos	908.947	24.149	933.096
Ações	208	-	208
Investimentos Imobiliários	16.230	-	16.230
Empréstimos e Financiamentos	5.856	-	5.856
Ativo Total	936.668	24.149	960.817

Patrimônio - PB II	Valor Contabilizado	Ajuste a Valor de Mercado	Valor Justo dos Ativos
Disponível	6	-	6
Realizável - Gestão Administrativa	1.266	-	1.266
Fundos de Investimentos	87.233	2.116	89.349
Ações	17	-	17
Investimentos Imobiliários	605	-	605
Empréstimos e Financiamentos	2.953	-	2.953
Ativo Total	92.080	2.116	94.196

18.1.3 – Apuração do Passivo (Ativo) Líquido

	Plano de Benefícios I		Plano de Benefícios II	
	2017	2016	2017	2016
Valor presente das obrigações atuariais	788.325	741.230	11.259	9.072
Valor justo dos ativos do plano	(922.182)	(797.988)	(12.054)	(8.894)
Déficit/(Superávit) apurado	(133.857)	(56.758)	(795)	178
Efeito no teto do ativo	133.857	56.758	795	-
Passivos adicionais	-	-	-	-
Efeito do teto do ativo e passivos adicionais	133.857	56.758	795	-
Passivo/(Ativo) atuarial líquido	-	-	-	178
Passivo/(ativo) já reconhecido	-	-	179	-
Passivo/(ativo) a reconhecer no exercício	-	-	(179)	-

Conforme previsão contida no item 65 da Deliberação nº. 695 da CVM, o BRDE não registrou seu ativo atuarial apurado no PB I, pois não se enquadra nas situações previstas para reconhecimento de ativo atuarial apurado.

18.1.4 - Reconhecimento dos Custos do Plano no Período

	<u>PB I</u>	<u>PB II</u>
Resultado do Exercício		
Custo do serviço corrente	454	493
Custo do serviço passado		
a) (Ganhos)/perdas na alteração ou redução do plano	-	-
b) (Ganhos)/perdas na liquidação (<i>settlement</i>)	-	-
Contribuições de participantes	(6.711)	-
Contribuições do empregador	(6.711)	(1.155)
Custo de juros sobre as obrigações atuariais	77.310	962
Rendimento esperado dos ativos do plano	(84.215)	(1.004)
Juros sobre o Efeito do Teto de Ativo e Passivos Adicionais	6.192	-
Total de despesa (receita) a reconhecer no Resultado do Exercício	<u>(13.681)</u>	<u>(704)</u>
Outros Resultados Abrangentes (ORA), no período		
(Ganhos)/perdas nos ativos do plano	(93.574)	(1.516)
(Ganhos)/perdas nas obrigações atuariais		
a) Alteração da taxa de desconto em relação ao ano anterior	34.421	505
b) Mudança nas premissas de mortalidade	18.920	12
c) Experiência da população	(17.003)	95
d) Concessão de aposentadorias	-	634
(Ganhos)/perdas no efeito do Teto do Ativo e nos Passivos Adicionais	70.917	795
(Ganhos)/perdas a reconhecer em ORA	<u>13.681</u>	<u>525</u>
Outros Resultados Abrangentes (ORA), acumulado		
(Ganhos)/perdas acumulados reconhecidos no início do período em ORA	12.543	699
(Ganhos)/perdas no período	13.681	525
(Ganhos)/perdas acumulados reconhecidos ao fim do período em ORA	<u>26.224</u>	<u>1.224</u>
Reconciliação do Passivo/(Ativo) reconhecido		
Passivo/(ativo) no início do período	-	178
Passivo/(ativo) adicional reconhecido no período	-	(178)
a) Em Resultado do Exercício	13.681	(703)
b) Em ORA	(13.681)	525
Passivo/(Ativo) no fim do período	<u>-</u>	<u>-</u>

18.1.5 – Demonstração das Mudanças nos Valores Divulgados

	PB I	PB II
Resultado do Exercício		
Valor justo dos ativos no início do ano	(797.988)	(8.894)
Benefícios pagos no período	67.008	515
Contribuições de participante realizadas no período	(6.711)	-
Contribuições do empregador realizadas no período	(6.711)	(1.155)
Rendimento esperado dos ativos	(84.215)	(1.004)
(Ganhos)/perdas no valor justo dos ativos do plano	(93.574)	(1.516)
Valor justo dos ativos no fim do período	<u>(922.191)</u>	<u>(12.054)</u>
Obrigações Atuariais		
Obrigações atuariais no início do período	741.230	9.072
Custo do serviço corrente	454	493
Juros sobre obrigação atuarial	77.310	963
Benefícios pagos no período	(67.008)	(515)
(Ganhos)/perdas nas obrigações atuariais	36.338	1.246
Obrigações atuariais no fim do período	<u>788.324</u>	<u>11.259</u>
Teto do Ativo e Requisitos de Funding Mínimo		
Efeito do Teto de Ativo e Passivos Adicionais no início do período	56.758	-
Juros esperados sobre o Efeito do Teto de Ativo e Passivos Adicionais	6.192	-
(Ganhos)/perdas no Efeito do Teto de Ativo e nos Passivos Adicionais	70.917	795
Efeito do Teto de Ativo e Passivos Adicionais no fim do período	<u>133.867</u>	<u>795</u>

18.1.6 – Projeção dos Custos do Plano no Período Seguinte

	PB I	PB II
Resultado do exercício projetado para o período seguinte		
Custo do serviço corrente	377	572
Custo de juros sobre as obrigações atuariais	71.304	1.056
Rendimento esperado dos ativos do plano	(84.611)	(1.191)
Juros sobre o Efeito do Teto do Ativo e Passivos Adicionais	12.663	76
Contribuições esperadas do empregador	(13.924)	(1.242)
Despesa (receita) a reconhecer até o fim do período seguinte	<u>(14.191)</u>	<u>(729)</u>

18.1.7 – Análise de Sensibilidade

Conforme item 145 do CPC 33(R1), o BRDE deve divulgar análise de sensibilidade para premissas atuariais significativas. A tabela a seguir apresenta a análise de sensibilidade das premissas mais relevantes, com variações razoavelmente possíveis na data da avaliação atuarial.

Premissa	Análise de Sensibilidade	Impacto R\$		Impacto R\$	
		PB I	PB II	PB I	PB II
Taxa de desconto	aumento de 0,5%	(35.095)	(786)	(4,45%)	(6,98%)
	redução de 0,5%	38.078	884	4,83%	7,85%
Expectativa de vida	aumento de 1 ano	15.488	(107)	1,96%	(0,95%)
	redução de 1 ano	(15.763)	115	(2,00%)	1,02%

18.2 - Contribuição paritária

Devido às disposições contidas no parágrafo 3º do art. 202 da Constituição Federal, o BRDE deve contribuição ao ISBRE de, no máximo, mesmo valor das contribuições efetuadas pelos participantes. No Plano de Benefícios I, as contribuições efetuadas pelo BRDE são paritárias às realizadas pelos seus colaboradores, mesmo inativos. No Plano de Benefícios II, as contribuições efetuadas pelo BRDE são paritárias às realizadas pelos seus colaboradores até um nível pré-determinado, observado o Regulamento e o plano de custeio anual. Não é prevista contribuição normal para os assistidos do Plano de Benefícios II.

18.3 - Plano de assistência médica

O BRDE oferece aos seus funcionários aposentados, integrantes do Regulamento de Pessoal I, a exemplo dos funcionários ativos, plano de benefícios com ressarcimento parcial de despesas médicas. Foi efetuado, por Atuário Independente, também em dezembro de 2017, o cálculo das obrigações do BRDE relativo a esse benefício pós-emprego, nos critérios da Deliberação nº. 695 da CVM, o qual encontra-se registrado na rubrica "Outras Obrigações – Diversas", tendo o seguinte perfil:

PB I	Frequência de beneficiários	Idade média (anos)	Despesa assistencial média anual
Ativos	113	60	R\$ 4
Assistidos	359	70	R\$ 11
Dependentes Ativos	153	39	R\$ 3
Dependentes Inativos	242	61	R\$ 6
Pensionistas	84	71	R\$ 8

18.3.1 – Premissas Adotadas

	2017	2016
Taxa de desconto atuarial	5,37%	5,78%
Retorno real esperado sobre os ativos	5,37%	5,78%
Taxa real de crescimento salarial dos empregados ativos	0,00%	
HCCTR (real)	3,50%	3,52%
Fator de capacidade sobre os benefícios	100,00%	
Fator de capacidade sobre os salários	100,00%	
Inflação esperada	3,96%	4,85%
Taxa de desconto nominal	9,54%	10,91%
Retorno nominal esperado sobre os ativos do plano	9,54%	10,91%
Taxa nominal de crescimento salarial dos empregados ativos	3,96%	4,85%
HCCTR (nominal)	7,60%	8,54%
Mortalidade geral	AT 2000 (suavizada em 10%), segregada por sexo	AT2000 M (suavizada em 10%)
Mortalidade de inválidos	MI 85, segregada por sexo	MI 85
Entrada de invalidez	Álvaro Vindas	
Taxa anual de rotatividade	Não utilizado	
Composição familiar	Família média	

18.3.2 – Apuração do Passivo (Ativo) Líquido

	2017	2016
Valor presente das obrigações atuariais	151.540	100.664
Valor justo dos ativos do plano	-	-
Déficit/(Superávit) apurado	151.540	100.664
Efeito do teto do ativo	-	-
Passivo/(Ativo) atuarial líquido	-	-
Passivo/(ativo) já reconhecido	100.664	
Passivo/(ativo) a reconhecer no exercício	40.876	

18.3.3 – Reconhecimento dos Custos do Plano no Período

	2017
Resultado do Exercício	
Custo do serviço corrente	1.760
Custo do serviço passado	
a) (Ganhos)/perdas na alteração ou redução do plano	-
b) (Ganhos)/perdas na liquidação (<i>settlement</i>)	-
Contribuições de participantes	-
Contribuições do empregador	(6.018)
Custo de juros sobre as obrigações atuariais	10.663
Rendimento esperado dos ativos do plano	-
Juros sobre o Efeito do Teto de Ativo e Passivos Adicionais	-
Total de despesa (receita) a reconhecer no Resultado do Exercício	<u>6.405</u>
Outros Resultados Abrangentes (ORA), no período	
(Ganhos)/perdas nos ativos do plano	-
(Ganhos)/perdas nas obrigações atuariais	
a) Alteração da taxa de desconto em relação ao ano anterior	6.802
b) Alteração das tábuas de mortalidade	5.239
c) Aumento do nível de despesas assistenciais do PAS	20.360
d) Experiência da população	2.070
(Ganhos)/perdas no efeito do Teto do Ativo e nos Passivos Adicionais	-
(Ganhos)/perdas a reconhecer em ORA	<u>34.471</u>
Outros Resultados Abrangentes (ORA), acumulado	
(Ganhos)/perdas acumulados reconhecidos no início do período em ORA	50.866
(Ganhos)/perdas no período	34.471
(Ganhos)/perdas acumulados reconhecidos ao fim do período em ORA	<u>85.337</u>
Reconciliação do Passivo/(Ativo) reconhecido	
Passivo/(ativo) no início do período	100.664
Passivo/(ativo) adicional reconhecido no período	
a) Em Resultado do Exercício	6.405
b) Em ORA	34.471
Passivo/(ativo) no fim do período	<u>141.540</u>

Conforme previsão contida no Pronunciamento Técnico CPC 33 (R1), o BRDE reconheceu todos os ganhos e perdas atuariais no Patrimônio Líquido na rubrica "Ajustes de Avaliação Patrimonial", no montante de R\$ (27.238), no exercício findo em 31 de dezembro de 2017 (2016 - R\$ (21.115)), líquido de efeitos tributários. O saldo final, em 31 de dezembro, dos ganhos e perdas atuariais registrados no Patrimônio Líquido, já deduzidos os efeitos tributários, ficou em R\$ (69.232) (2016 - R\$ (41.994)).

Devido à variação na expectativa de realização da obrigação atuarial, ocorrida pela passagem do semestre, houve um acréscimo de R\$ 234 (2017 - R\$ 141) na constituição do crédito tributário. O saldo dos ganhos e perdas atuariais no Patrimônio Líquido, já deduzidos os efeitos tributários, passou para R\$ (68.998) no semestre findo (2017 - R\$ (41.853)).

18.3.4 – Mudança nos Valores Divulgados

	2017
Valor justo dos ativos no fim do período	-
Obrigações Atuariais	
Obrigações atuariais no início do período	100.664
Custo do serviço corrente	1.760
Juros sobre obrigação atuarial	10.663
Benefícios pagos no período	(6.018)
(Ganhos)/perdas nas obrigações atuariais	34.471
Obrigações atuariais no fim do período	141.540
Efeito do Teto de Ativo e Passivos Adicionais no fim do período	-

18.3.5 – Projeção dos Custos para 2018

	2018
Resultado do exercício projetado para o período seguinte	
Custo do serviço corrente	1.096
Custo de juros sobre as obrigações atuariais	13.184
Rendimento esperado dos ativos do plano	-
Juros sobre o Efeito do Teto do Ativo e Passivos Adicionais	-
Contribuições esperadas do empregador	(6.932)
Despesa (receita) a reconhecer até o fim do período seguinte	7.348

18.3.6 – Demonstração dos (Ganhos)/Perdas Atuariais

Varição	Impacto
Alteração da taxa de desconto vigente no ano anterior para a taxa de desconto desse exercício	6.802
Alteração das tábuas de mortalidade	5.239
Aumento do nível de despesas assistenciais do PAS	20.360
Experiência da população	2.070
(Ganhos)/Perdas nas Obrigações Atuariais no período	34.471

18.3.7 – Análise de Sensibilidade

Conforme item 145 do CPC 33 (R1), o BRDE deve divulgar análise de sensibilidade para premissas atuariais significativas. A tabela a seguir apresenta a análise de sensibilidade das premissas mais relevantes, com variações razoavelmente possíveis na data da avaliação atuarial.

Premissa	Análise de Sensibilidade	Impacto	
		R\$	%
Taxa de desconto	aumento de 0,5%	(8.223)	(5,81%)
	redução de 0,5%	9.075	6,41%
Expectativa de vida	aumento de 1 ano	5.904	4,17%
	redução de 1 ano	(5.832)	(4,12%)
HCCTR	aumento de 0,5%	9.199	6,50%
	redução de 0,5%	(8.402)	(5,94%)

19 PARTES RELACIONADAS

(a) Fundação BRDE de Previdência Complementar - ISBRE - No segundo semestre de 2005, o BRDE adquiriu o imóvel onde se encontra instalada sua agência de Curitiba, no valor de R\$ 8.720. Desse montante, R\$ 8.000 foram financiados para pagamento em 25 anos com encargos de INPC mais juros de 6% a.a. (nota 8). As despesas com encargos no semestre encontram-se registradas no resultado do Banco em "Outras Despesas Operacionais" (Nota 16).

O BRDE aluga salas de propriedade da Fundação ISBRE para uso das suas atividades operacionais. As despesas com o referido aluguel estão registradas em "Outras Despesas Operacionais".

A Fundação reembolsa todas as despesas com remuneração e encargos que o BRDE tem com os funcionários cedidos que desempenham funções de diretoria no ISBRE.

O Banco paga à Fundação contribuições mensais na função de patrocinador dos planos de benefício e registra no resultado em "Despesas de Pessoal".

	Direitos (Obrigações)		Receitas / (Despesas)	
	2018	2017	2018	2017
Compra imóvel agência Curitiba	(10.700)	(11.070)	(463)	(499)
Locação de salas	-	-	(315)	(312)
Ressarcimento de salários	-	-	262	650
Contribuição patronal	-	-	(6.029)	(6.147)
Total de operações com ISBRE	(10.700)	(11.070)	(6.545)	(6.308)

20 OUTRAS INFORMAÇÕES

(a) Em 30 de junho, o BRDE mantém registrado no ativo realizável a longo prazo como "Créditos específicos" o montante de R\$ 99.127 (2017 - R\$ 87.772), relativo a créditos perante a Secretaria do Tesouro Nacional – STN, em decorrência da equalização de taxas de juros de operações de crédito rural, repassadas com recursos de instituições oficiais, que deverá ser pago pela STN em conformidade com o cronograma de vencimento da carteira de operações de crédito securitizadas.

(b) O BRDE mantém seguros sobre seus bens patrimoniais, bem como exige seguro sobre os bens oferecidos em garantia nas suas operações de crédito quando da contratação.

(c) Os limites de capital no semestre findo apresentaram o patrimônio de referência (PR) da Instituição no valor de R\$ 2.570.151 (2017 - R\$ 2.479.433). A exigência de capital para cobrir os riscos foi de R\$ 1.323.854 (2017 - R\$ 1.451.707), decorrente de um ativo ponderado pelo risco (RWA) de R\$ 15.349.036 (2017 - R\$ 15.694.125). O Coeficiente de Basileia do BRDE em junho fica em 16,74% (2017 - 14,65%), superior ao mínimo exigido para as Instituições Financeiras no Brasil, que é de 10,50%.

(d) Durante o 1º semestre de 2017 o BRDE realizou a venda de Bens Não de Uso Próprio gerando um resultado não operacional de R\$ 22.927.

21 GERENCIAMENTO DE RISCO E INSTRUMENTOS FINANCEIROS

O BRDE possui estrutura própria de comitês para o gerenciamento dos seus riscos.

Os principais riscos relacionados aos instrumentos financeiros são risco de crédito, risco de mercado, risco de liquidez e risco operacional, abaixo definidos:

Risco de Crédito: é a possibilidade de ocorrência de perdas para o Banco, associadas ao não cumprimento pela contraparte de empréstimo ou operação financeira, de suas obrigações nos termos pactuados.

O gerenciamento do risco de crédito no BRDE é realizado por meio da classificação dos clientes em níveis de risco, utilizados também nos processos de concessão de crédito, bem como pelo monitoramento dos clientes por uma área específica do Banco.

Risco de Mercado: está diretamente relacionado às flutuações de preços e taxas, ou seja, às oscilações dos mercados de taxas de juros e câmbio dentro e fora do país.

Risco de Liquidez: está relacionado ao descasamento de fluxos financeiros de ativos e passivos, com reflexos sobre a capacidade financeira da instituição em obter recursos para honrar seus compromissos.

A política de risco de mercado e liquidez tem como propósito mitigar possíveis perdas decorrentes das variações de preços de mercado, de moedas e de taxas de juros dos ativos e passivos e de descasamento de fluxos de caixa. Como o BRDE atua basicamente com operações de repasse “casadas” entre a parte ativa e a passiva, esses riscos são reduzidos.

Risco Operacional: o Banco possui estrutura responsável por identificação, avaliação, monitoramento, controle e mitigação dos riscos operacionais da instituição.

Essa estrutura, através de metodologia apropriada, realiza avaliações periódicas nos processos identificando os riscos inerentes, tratando-os de maneira adequada à sua mitigação. O relatório descritivo do gerenciamento do risco operacional encontra-se na sede do Banco.

O BRDE considerou como aceitável a sua exposição aos riscos mencionados acima e não contratou no período operações envolvendo Instrumentos Financeiros Derivativos.

* * *

BANCO REGIONAL DE DESENVOLVIMENTO DO EXTREMO SUL - BRDE

DIRETORIA

- Diretor-Presidente e Diretor de Operações ➤ **ORLANDO PESSUTI**
- Vice-Presidente e Diretor de Acompanhamento e Recuperação de Créditos ➤ **NEUTO FAUSTO DE CONTO**
- Diretor de Planejamento e Financeiro ➤ **LUIZ CORRÊA NORONHA**
- Diretor Administrativo ➤ **RENATO DE MELLO VIANNA**

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

- Presidente ➤ **ORLANDO PESSUTI**
- Conselheiro ➤ **VALMOR WEISS**
- Conselheiro ➤ **ALTEVIR ROCHA DE ANDRADE**
- Conselheira ➤ **PATRICIA LOUREIRO ABREU ALVES BARBOSA**
- Conselheiro ➤ **RAFFAELE MARSIAJ QUINTO DI CAMELI**
- Conselheiro ➤ **THIAGO ROCHA MOYSÉS**

FABIANO MEASSI
Contador Geral-CRCRS-070.237/O-6
CPF – 899.528.120-00